

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, Brasileiro(a), Casado(a), PEDREIRO, portador(a) do CPF N. 020.524.174-35, RG sob n. 1680117, residente e domiciliado(a) na RUA SÃO JOSÉ, S/N QD 579, JARDIM VENEZA, QD 579, JOÃO PESSOA/PB, Brasil, - 58000-000, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu bastante advogado(a) e procurador(a) **VITÓRIA SANTOS DE ARAÚJO RAPOSO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na seccional Paraíba sob número 21.931, estabelecida nesta capital na Av. D. Pedro II, nº 987, Sala 304, Ed. Lê Carrier, Centro, João-Pessoa/PB - CEP: 58.013-120 (TEL: 3222-1414) a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", para representar o outorgante perante instituições públicas, privadas, ou economia mista, bem como para o foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outra, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, renunciar aos valores que ultrapassem o teto delimitador da competência dos Juizados Especiais, requerer justiça gratuita, ainda podendo realizar tudo e qualquer procedimento perante o INSS, para tanto coletando informações e documentos relativos aos contratos de trabalho invadidos pelo outorgante, como também podendo realizar solicitações, requerimentos, agendamentos, pedidos de concessão de benefícios, podendo ainda desentranhar documentos originais de processos administrativos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, seja PPP, LTCAT, documentos médicos, ou quaisquer outros, ainda aos sigilosos, podendo também requerer e receber informações e documentos perante instituições privadas, de economia mista e públicas, em todos os âmbitos e instâncias, sejam Municipais, Estaduais e/ou Federais, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério Público do Trabalho, Ministério da Fazenda, Gifug, Prefeitura Municipal, Governo do Estado, Universidade Estadual e/ou Federal, e demais, como também para requerer a CNIS, Cartão de PIS/PASEP podendo também diligenciar, representar, requerer, solicitar, reter, praticando todos os atos em conjunto ou separadamente, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, dando tudo por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declaro que, em razão da condição financeira, não tem condições de arcar com o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de sua família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e da Lei nº. 1.060/50. Requer ainda que o benefício abranja todos os atos do processo, na forma do artigo 9º do NCPC. Dederam, ainda, serem conhecedor (es) das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

João Pessoa, 08 de Dezembro de 2019.


OUTORGANTE/DECLARANTE: JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES







DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.
Documento não é segunda via da conta.

Recebo para simples pagamento da nota fiscalizada de energia elétrica - N° 023.635.244



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 08.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARINALVA DA SILVA RODRIGUES
RUA SAO JOSE S/N QD 579
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1310197-7

REFERÊNCIA

ABR/2019

APRESENTAÇÃO

22/04/2019

CONSUMO

0

VENCIMENTO

29/04/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 24,58

Acesse: www.energisa.com.br



MARINALVA DA SILVA RODRIGUES

Roteiro: 09-002-424-0680

83640000000-3 24580054000-8 13101972019-5 04700002019-9

VENCIMENTO

29/04/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 24,58

MATRICULA

1310197-2019- 04-7





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00293.01.2019.1.06.110

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00293.01.2019.1.06.110, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:18 horas do dia 11 de dezembro de 2019, na cidade de Conde, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia do Município do Conde, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcos Paulo Sales de Castro, matrícula 1568841, e lavrado por Clovis Nazário de Oliveira Neto, Agente de Investigação, matrícula 1568647, ao final assinado, compareceu Jose Elias Peixoto Rodrigues, CPF nº 020.524.174-35, RG nº 1680117 SSP/PB, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(s) de Sebastiana Peixoto Rodrigues e Jose Tavares Rodrigues, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 20/07/1973 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria Soledade, Nº SN, bairro Jardim Veneza, tendo como ponto de referência Mercadinho Verona, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98870-5008.

Dados do(s) Fato(s):


Local: Rodovia PB018, nº SN, Centro da Cidade, Conde/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 03/12/19 16:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Relata a vítima que estava trafegando em sua motocicleta, Honda/Twister, placas: MOM2966-PB, na rodovia PB018, por volta das 16h50min, quando, no centro da cidade de Conde-PB, foi colidido por outro veículo automotor, tipo carro, que não conseguiu identificar, e devido ao impacto, sofreu lesões e foi socorrido pelo serviço do SAMU até o Hospital de Emergência e Traumas, na capital; QUE, ficou internado e foi submetido a cirurgia no fêmur direito, conforme Prontuário Médico.

Sendo o que havia a constar, cientificado(s) o(s) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Conde/PB, 11 de dezembro de 2019.


CLOVIS NAZÁRIO DE OLIVEIRA NETO
Agente de Investigação

CLOVIS NAZARIO NETO
Agente de Investigação
MAT. 156.864-7


JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
Noticiante



Procedimento Policial: 00293.01.2019.1.06.110





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 912/026, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2521020, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida Instituição ao paciente **JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES**, idade 46 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 05/08/2019, na PB 008, Bairro: Centro - Conde - aproximadamente às 16:50 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 11 de Dezembro de 2019.

Marina Travassos Lopes
Enfermeira - SAME
SAMU 192 Regional João Pessoa
CNPJ 08.806.754-0

Marina Travassos Lopes
Mat: 67574-8

Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125

Digitalizada com CamScanner





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
DATA DE NASCIMENTO	20/07/73
NOME DA MÃE	SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	117.358
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.181.474
DATA DO ATENDIMENTO	05/08/19
HORA DO ATENDIMENTO	17:43
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA SUBTROCANTERIANA DE FÊMUR DIREITO
CID 10	S72.2

AVALIAÇÃO INICIAL

Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, sem perda da consciência. Abrasões nos membros superiores. Presença de fratura proximal do fêmur direito com indicação de cirurgia. Internação. Operado e evoluiu sem intercorrências.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de bacia
RX de coxa direita

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura subtrocanteriana de fêmur direito.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura subtrocanteriana do fêmur direito.

ALTA HOSPITALAR: 11/08/19

DATA DA EMISSÃO: 12/12/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para FMI, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



Boletim de Atendimento: 1181474



Identificação do paciente			
ID 142310	Nome JOSE ELIAS PEDOTO RODRIGUES		Sexo Masculino
Data de nascimento 21/07/1973	Idade 46 anos 18 dias	Estado civil Casado	Religião Protestante
Mãe SEBASTIANA PEDOTO RODRIGUES		Pai JOSE TAVARES RODRIGUES	
Residência		Responsável (Paciente) O MESMO - O MESMO(A)	
CCD Exter 81	Celular 988705008	DDD	Telefone
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1480117	M.O.S.	
Local de residência CONDE	Tipo MUNICÍPIO		UF PB
E-mail	Nome social JOAO PESSOA		CEBR
Endereço			
CEP 58084036	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro MARIA SOLIDADE SILVA
Número 84	Complemento	Bairro JARDIM VERDEZA	
Admissão			
Data e Hora 05/08/2019 17:43:56	Número de paciente 100007276070	Consultas SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente BOLA		
Causa do atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Uso de ambulância Não	Trauma Não
Modo de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA ____ mmHg	Frequência 76	Temperatura 37	
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
Ultrassom []	Ultrassom []	ECG []	Ultrassom []
<p>Exame físico: Paciente consciente, refere dor em abd, com lesões pelo corpo.</p> <p><i>Jul</i></p>			
Diagnóstico			CID
Atendido por PATIMA EIZELIA RODRIGUES MARCAL			Tipo de Término

Imprimir



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 12/08/2020	ID da Ocorrência: 0521020	<input checked="" type="checkbox"/> URG <input type="checkbox"/> UBA <input type="checkbox"/> MT	Nº Equipe: 1	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 12:00 Hs	Hora de Chegada no Local: 12:10 Hs
Paciente / Usuário: <u>Robson Carlos de Lima</u>				Idade: 46	Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Fêmea	Telefone: 99705008
Local de Ocorrência: <input type="checkbox"/> João Pessoa <input type="checkbox"/> Santa Rita <input type="checkbox"/> Bayeux <input type="checkbox"/> Cabedelo <input type="checkbox"/> Dende <input type="checkbox"/> Outros:						
Logradouro: <u>Rua 489 em frente ao posto</u>				Bairro: <u>Barro</u>	Médico Responsável: <u>Dr. Carlos</u>	
Quantidade de vítimas no local: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três:						
Apelo no Local: <input type="checkbox"/> URG <input type="checkbox"/> UBA <input type="checkbox"/> Hargate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> BPTAN <input type="checkbox"/> Outros:						
UTI: <input type="checkbox"/> Solicitado por Tenuíser <input type="checkbox"/> Solicitado pelas Bombas <input type="checkbox"/> Evadido-se do Local <input type="checkbox"/> Traje <input type="checkbox"/> Outros:						
DESTINO DO PACIENTE: <input type="checkbox"/> Atendido no Local e Liberado <input type="checkbox"/> Encaminhado a Unidade Hospitalar <input type="checkbox"/> Óbito no Local <input type="checkbox"/> Óbito Durante o atendimento						
Destino (Unidade Hospitalar): <u>125346</u>						

NATURALEZA DA OCORRÊNCIA

☒ CLÍNICO ☐ PSQUIÁTRICO ☐ GINECO-OBSTÉTRICO

Motivo: Colisão carro e moto

CAUSAS EXTERNAS

Acidente de Trânsito

- ☒ Colisão carro e moto
☐ Queda de moto
☐ Atropelamento com:
☐ Veículo carro e carro
☐ Capotamento
☐ Outros:

UFAR

- ☐ F.A.B.
☐ Agressão Física
☐ Armação
☐ Queda - Altura aproximada:
☐ Sotocorrente / Desencostamento
☐ Choque Elétrico

☐ Outros:

TRANSPORTE

Hospital de Origem:

Responsável:

Hospital de Destino:

Responsável:

ANTECEDENTES

- ☐ Alergias
☐ Alcoolismo
☐ AVC
☐ Cirurgias
☐ Diabetes
☐ Doença Cardíaca
☐ Doença Infecto-contagiosa

- ☐ Doença Mental
☐ Doença Renal
☐ Doença
☐ Hipertensão Arterial
☐ Infarto do Miocárdio
☐ Insuficiência Arterial
☐ Problemas Respiratórios
☐ Medicamentos de uso Contínuo

Quais?

1. DADOS VITAIS

PA: 120/80 mmHg FC: 81 FR: 20 HQT: 240 SpO2 - SpO2: 98% SpO3 - G/G2:

EXAME CLÍNICO (SINTOMAS, QUEIXAS) - EVOLUÇÃO DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM OU EVOLUÇÃO MÉDICA

Robson Carlos de Lima, 46 anos, branco, casado, residente em Rua 489, bairro Barro, João Pessoa, PB. Foi vítima de colisão entre um carro e uma moto. Foi encaminhado ao SAMU 192. Apresenta ferimentos no corpo, principalmente no membro superior direito. Foi encaminhado ao Hospital de Referência.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Diagnóstico de Enfermagem: Winger's Trauma de Trauma

Intervenções: SMU, Sinalização

Evolução do Tempo:

Samu chegou ao local, realizou avaliação, estabilizou o paciente e o levou ao Hospital de Referência.

ORIENTAÇÃO DA REGULAÇÃO MÉDICA

Id de 120 e 190, J. Valdir Romão, 190



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Sede: Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SEGUE

o trabalho

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES Data de Nascimento: 20/07/1973 Nome: SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES Endereço: MARIA SOLIMIDE SILVA, SN Acidente: VEICULO X MOTO Data/Hora Casos/Relação: 05/08/2019 17:43:56	RAE: 1181474 Idade: 46,3182 Sexo: Masculino Bairro: JARDIM VENEZA Motivo: ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Data/Hora Entrada: 05/08/2019 17:43:56 CNS: Município: JOAO PESSOA Profissional: LEONARDO SOARES DE LIMA Data/Hora Prescrição: 05/08/2019 18:18:00	Data Baixa: Telefone da Central: (35) 383785305 Plantão: UF: PB Nº Cons. Regional: 2170/PB
--	---	---	--

ANAMNESE

PACIENTE EM ALCOLIZADO, VÍTIMA DE COLISÃO CARRO X MOTO, SEM PERDA DA CONSCIÊNCIA, TEM APENAS ABRASÕES NOS MEMBROS SUPERIORES E LÍMBIA, PROVÁVEL FRATURA NO FÊMUR DIREITO (TRAUMATISMO ISOLADO), NEGA ALERGIA A MEDICAMENTOS. CONDUTA: 1. RADIOGRÁFIAS DE BACIA E COXA D; 2. PARECER DA ORTOPEDIA;

MEDICAÇÃO

SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 500,0 ML VIA E.V., AGORA, DURANTE 24 HORA(S).

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., AGORA

Diluir:

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA

Diluir:

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE BACIA

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXA-FEMORAL DIREITA

10

MUSC - Dor em membro

Conduta

Em observação

JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Dr. Leonardo Soares de Lima
Cirurgião Geral/Ortopedia
CRM 2170/PB

LEONARDO SOARES DE LIMA
(2170/PB)

Boletim registrado por: FATIMA EUZELIA RODRIGUES MARCAL em 05/08/2019 17:44:11





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Serviço Hospitalar Local



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SEGRE

o trabalho

AV. ORESTES LINS DA SILVA, 80 - PEDRO BONDIM
CNPJ: 445385 - Tel: 8332165700

Impresso por: JOAO
BARTOLOMEU PINTO
RABELO
Em: 05/08/2019 08:51:40

Nome JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES		Bolém de Atendimento 1181474	Data/Hora Entrada 05/08/2019 17:43:56	Data/Hora Saída
Data de nascimento 20/07/1973	Idade 46	Sexo Masculino	CNS	Prontuário 117356
Tipo de Internação 10h 40min		Convênio SUS		Plantão NOTURNO
Data de Entrada 05/08/2019 17:43:56	Data Internação 05/08/2019 20:11:42	Permanência na Unidade 13h 8min		Permanência no Leito 10h 40min

EVOLUÇÃO MEDICA (JOAO BARTOLOMEU PINTO RABELO - 05/08/2019 08:51:27)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

PACIENTE EVOLUINDO ESTÁVEL, SEM QUEIXAS, EXAMES DE LABORATÓRIO OK, AGUARDA RISCO CIRÚRGICO.

Seção: AREA LARANJA - UDC B Leito: LEITO - 002

Profissional responsável pela informação: JOAO BARTOLOMEU PINTO RABELO

Número Consulta: 4510

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA



NOME: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES BE/PRONTUÁRIO 1181474
IDADE: 46 SEXO: M COR: DATA: 8/8/2019
CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA EMP: LR:
CIRURGIA: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA DIREITA
CIRURGIÃO: DR JACQUES 1º ASS: DR MILTON BARBOSA
2º ASS: MR1 JANSEN 3º ASS:
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA: JESIRA
TIPO DE ANESTESIA: RAQUIANESTESIA HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

DIAGNÓSTICO POS OPERATORIO	CID
FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

DESCRIÇÃO:

BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

Dr. Milton Barbosa
CRM-PB 8592 / CRM-PI 7537
TEC 15203
Ortopedia/Traumatologia

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Posição e Preparo:
PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA EM MESA DE TRAÇÃO
ASSEPSIA E ANTISSEPSIA + ANTIBIOTICOPROFILAXIA
APosição DE CAMPOS CIRÚRGICOS
Incisão:
INCISÃO LONGITUDINAL EM FACE LATERAL PROXIMAL DE COXA DIREITA
AVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS ANATOMICOS
CUIDADOS DE HEMOSTASIA
Achados:
FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO
Condução:
IDENTIFICAÇÃO DA FX SOB FLUOROSCOPIA
PASSAGEM DE FIO KC COMO GUIA NO COLO FEMORAL
FRESAGEM DO COLO FEMORAL
COLOCAÇÃO DE PINO DESLIZANTE N°50
FIXAÇÃO COM PLACA DCS 95 DE 12 FURDS COM 4 PARAFUSOS CORTICAIS
LIMPEZA COM SF
REVISÃO DE HEMOSTASIA
Fechamento:
SUTURA POR PLANOS
CURATIVOS ESTÉREIS
RX DE CONTROLE
Observação:
PROCEDIMENTO REALIZADO COM AUXÍLIO DE FLUOROSCOPIA

Dr. Márcio P. P. P.
CRM: 10.101 / 10.101 / 10.101
TÉCN. 10.101
Ortopedia / Traumatologia



MEMBRADOR ELÉTRICO
1. ISERRA
CIRCULANTE
FAB. DE ENLAPAMENTO
COREN-PR 200.000

DATA: 75:25:19

PHONTUÁZIO.

567585

SUBJECT INDEX

JRDC Elias Peixoto RODRIGUES

SEND TO THE *Board*

BUFILE: 46A

PRISONER: 10470 RACE: W BIRTH: 05/06/40 RES: 10470 TUBERC: 0 GROUP: NON GU

[illegible]

DATA	SUBSCRITTO	CONT. BOM	ANZ	3/PA	AP. CIRCULATORIO	ROL	UM	RT	C/	BOM	5/2/20
------	------------	-----------	-----	------	------------------	-----	----	----	----	-----	--------

0000000000	ESTADO CIVIL	0000000000	ESTADO MENTAL	LORE-	0000000000	USO	0000000000	ESTADO FISICO
------------	--------------	------------	---------------	-------	------------	-----	------------	---------------

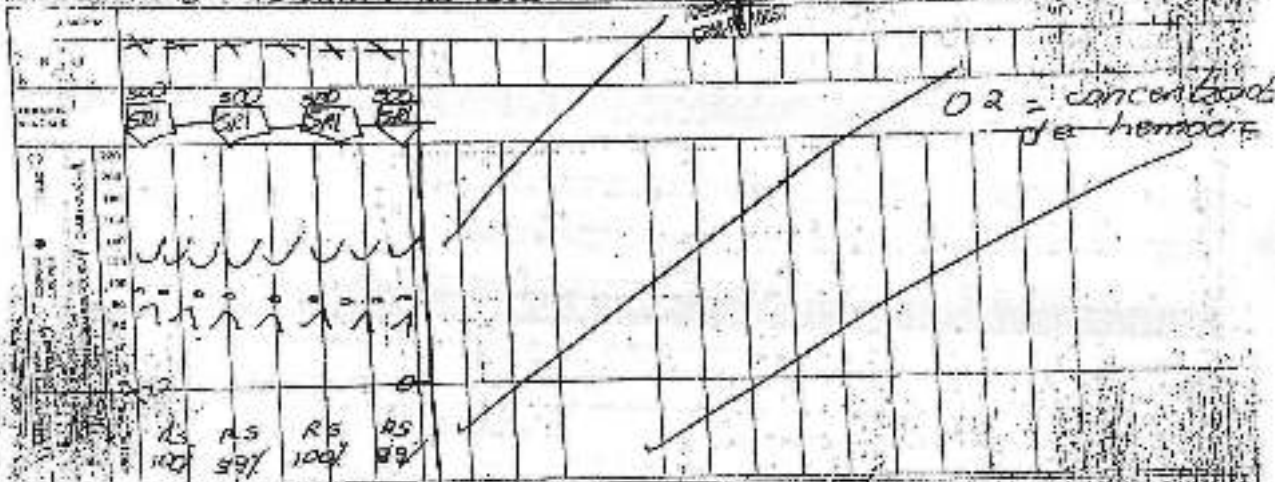
[Faint handwritten notes at the bottom of the page]

FORMERLY UNIVERSITY OF FISHES SUBCOMMITTEE OF FISHES

DE TOCQUEL	AUXILIARES	EDUCACIONAL Y CULTURAL
------------	------------	------------------------

TEMPO DA ANESTESIA	TEMPO DA ANESTESIA	TEMPO DA ANESTESIA
QUANT. DE CM.	QUANT. DE CM.	QUANT. DE CM.
VALORES R\$	VALORES R\$	VALORES R\$

AS INFORMATICA	OZO GENOVA SOCIETA	IN CASSA	CRM 101	10057 78
----------------	--------------------	----------	---------	----------



☐ 1. Nome do(s) autor(es) ☐ 2. Assunto ☐ 3. Local ☐ 4. Data ☐ 5. Outros
 1. Nome do(s) autor(es) 30500 de variação de preço em 1/10/15 2015
 2. Assunto Variação de preço em 1/10/15 2015
 3. Local Variação de preço em 1/10/15 2015
 4. Data Variação de preço em 1/10/15 2015
 5. Outros Variação de preço em 1/10/15 2015

	Medication	Dose
1	Lidocaine 3mg	15
2	Fentanyl 50mcg	10
3	Cefazolin 9.02g	10
4	Cefazolin 0.4mg	15
5	Diprion 9.02g	15
6	Ochranfen 100mcg	15
7	Narschtein 08mg	17
8	Narschtein 300mcg 15m	18
9	Pimozet 100mcg	19

14 Clagtha Bunkke 266 LER 0027 project de En

Digitalizada com CamScanner



SUS Sistema Único de Saúde | Ministério da Saúde | **LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)** | Folha 1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: HOTEL

2 - CRES:

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXISTENTE: HOTEL

4 - CRES:

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE: JOSE ELIA RIBEIRO RODRIGUES

6 - NÚMERO DO HISTÓRICO: 1181474

7 - CATEGORIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS):

8 - DATA DE NASCIMENTO: 30/03/1943

9 - SEXO: M

10 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL: SEBASTIÃO ELIAS RODRIGUES

11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO):

12 - CID DO RESPONSÁVEL:

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA:

14 - CÓD. MUN. MUNICÍPIO:

15 - UF:

16 - CEP:

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH):

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR:

19 - CDS DO PROCEDIMENTO ANTERIOR:

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA:

21 - CDS DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA:

22 - TIPO DE PROCEDIMENTO:

23 - CID 10 PRINCIPAL:

24 - CID 10 SECUNDÁRIO:

25 - CID 10 TERCIÁRIO:

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

27 - CDS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

28 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO:

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

30 - CDS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

32 - CDS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

34 - CDS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

36 - CDS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL:

37 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO:

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO: OS PROBLEMAS DO

PROFISSIONAL SOLICITANTE

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE:

40 - DATA DE SOLICITAÇÃO:

41 - CDS DO PROCEDIMENTO:

42 - N° DO DOCUMENTO (CNS/CT) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE:

43 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE:

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:

45 - CDS DO PROCEDIMENTO:

46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO:

47 - DOCUMENTO:

48 - N° DO DOCUMENTO (CNS/CT) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE:

49 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA



NOME: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES BE/PRONTUÁRIO: 1181474
IDADE: _____ SEXO: MAS COR: _____ DATA: 7/8/2019
CLÍNICA/SETOR: ORTOPEDIA EMP: _____ LR: _____
CIRURGIA: TTO CIRURGICO DE FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO
CIRURGIÃO: DR HEISEMBERG 1º ASS: MR2 DANIEL
2º ASS: _____ 3º ASS: _____
INSTRUMENTADOR: _____ ANESTESISTA: _____
TIPO DE ANESTESIA: SEDAÇÃO HORÁRIO INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____

FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO	

TRAÇÃO TRANSTIBIAL DIREITA	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

DESCRIÇÃO: _____

BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: _____

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒ ENFERMARIA

TERAPIA INTENSIVA

☐ RESIDÊNCIA

ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: _____

DATA: 7/8/2019

Daniel Oliveira Arruda
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1114





HOSPITAL
SANTA HELENA

RELATÓRIO DE CIRURGIA



HE 15312

Posição e Preparo:

PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA

ASSEPSIA E ANTISSEPSIA

APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS

Incrisão:

PERCUTANEA

Achados:

FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO

Conduta:

REALIZADO BOTÃO ANESTESICO LATERAL E MEDIAL NA LOCALIZAÇÃO DO TRAJETO DO FIO DE K

PASSAGEM DE FIO DE K 4,5 TRANSTIBIAL EM PERNA DIREITA

LMC SF 0,9%

CURATIVOS ESTEREIS

Fechamento:

TRAÇÃO COM 6 KG DE PESO

XX CONTROLE

Observação:

Médico/CRM:

João Pessoa,

7/8/2019

David Costa da Silva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 11.136

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 25/08/2020 21:24:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082521244703600000032156122>

Número do documento: 20082521244703600000032156122

Num. 33603817 - Pág. 5

ATA: 04 CG 19

FRONTIÁRIO: 1181674

PACIENTE: JOSE ELIAS PEREIRA RODRIGUES		DATA: 09/08/19		PRONTUÁRIO: 1182474	
PRESSÃO ARTERIAL: 110/70 X 70		RESPIRAÇÃO: CONNED		SEXO: M	
LAÇADO GERAL: 1 BURA X REGULAR		IMAI: PRESSÃO		TEMPERATURA: 36,0	
RAMOS COMPLEMENTARES: VPM		RISCO CIRCULATÓRIO: 1		RISCO SANGÜÍNEO: 1	
AP. RESPIRATÓRIO: -		AP. CIRCULATÓRIO: -		ESTADO MENTAL: CONSC/ORIENTAD	
SÍNDROME DE SEJUM		PROG. EM USO: VPM		CAPACIDADE DE RESERVA: 1	
FRATURA DE TÍBIA (D)		TRACÃO TRANSCUTANEA EM MED		CIRURGIA: HEINSENBERG	
ANESTESIA: 22:00		TÉRMINO DA ANESTESIA: 22:30		VALORES DE CIL	
PROCEDIMENTO: COT		VALORES DE CIL		VALORES DE CIL	
ANESTESIA: COTENBERG		VALORES DE CIL		VALORES DE CIL	
VALORES DE CIL: 22:00 22:30		VALORES DE CIL: 22:00 22:30		VALORES DE CIL: 22:00 22:30	

[illegible][illegible]

CREATININA
UREIA
GLICOSE
IONOGRAMA

Hospital Estadual de
Imagem e Som

CID10

S72.2 - Fratura subtrocanterica

Conduta

Internar Paciente

Dr Francineio Freitas
Médico
CRM PB 9603
CNS 703404579057800

JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

FRANCINEIO DE SOUSA FREITAS
(CRM: 9603)

Relatório registrado por: FÁTIMA EUZÉLIA RODRIGUES MARCAL em 05/08/2019 17:44:11





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Sede: Rua Humberto Lucena



GOVERNO DA PARAÍBA *SEGUE o trabalho*

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/n, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700
CNES: 445365

Paciente JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES	BAE 1181474	Data/Hora Entrada 05/08/2019 17:43:58	Data Saída
Data de nascimento 20/07/1973	Idade 48a 16d	Sexo Masculino	Telefone da Unidade (83) 988705005
Mãe SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES			Procedência
Endereço MARIA SOLIDADE SILVA, SN	Bairro JARDIM VENEZA	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X MOTO	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional FRANCIELLO DE SOUSA FREITAS	Nº Cont. Regional 9603
Data/Hora Classificação 05/08/2019 17:43:56		Data/Hora Prescrição 05/08/2019 19:50:39	

ANAMNESE

PACIENTE VITIMA DE COLISÃO MOTOCARRO (ESTAVA NA MOTO), COM OLEXA DE COR INTENSA NA RAIZ DA COXA DIREITA. SEM OUTRAS LESÕES EM OUTROS SISTEMAS ORGANICOS. CONSCIENTE E ORIENTADO. AO EXAME ORTOPEDICO: ESCORIAÇÕES SUPERFICIAIS POR TODO O CORPO. COM QUADRIL DIREITO EDEMAZIADO, COM MIM EM ROTAÇÃO EXTERNA E COM ENCURTAMENTO. COM DOR A PALPAÇÃO PROFUNDA. NEUROVASCULAR PRESERVADO. RX: FRATURA SUBTROCANTERICA DIREITA. CD: INTERVENÇÃO PARA TRATAMENTO CIRURGICO. STAFF: DR ANDRIER;

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, (OBSERVAÇÕES:: SN)

Diluir

ONDANSETRONA 8MG/ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., 8/8H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 200,0 ML VIA E.V., 24H

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 20,0 MG VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES:: PELA MANHÃ, EM JEJUM)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H

Diluir

TRAMADOL 50MG/ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML (OBSERVAÇÕES:: SE DOR FORTE)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML (AMPOLA 0,25 A 0,30ML) - ALTO RISCO, ADMINISTRAR 0,25 ML VIA S.C., 12/12H, 0,0 (MOTSM)

CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 25,0 MG VIA ORAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAS > 180 OU PAD > 110 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 50,0) (OBSERVAÇÕES:: SE PAS > 180 OU PAD > 110)

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES:: DIÁRIO)

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

SSVV + CCGG

ELETROCARDIOGRAMA

EXAME LABORATORIAL

HEMOGRAMA COMPLETO

COAGULOGRAMA COMPLETO

Digitalizada com CamScanner





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200096909

Vítima: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data do Acidente: 05/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01309/01310 - carta_11 - INVALIDEZ

00030655





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora requereu a justiça gratuita de forma genérica, sem mencionar de maneira mais circunstanciada sua impossibilidade de recolher, senão o todo, ao menos parte das despesas processuais iniciais e ainda sem colacionar aos autos qualquer documento atual que se preste a amparar o pedido.

A regra geral é que a parte deva arcar com as despesas das atividades processuais, antecipando o respectivo pagamento, à medida que o processo é impulsionado, ressalvando-se a pessoa física ou jurídica, sem suficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios (art. 98, CPC).

Pois bem, sobre a matéria, dispõe o CPC/2015:

“Art. 99 (...)”



§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.”

Contudo, o §2º do mesmo artigo, dispõe:

“§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”

Ora, ao conjugar as duas regras acima, tem-se que apenas o fato de o autor ser pessoa física, por si só, não induz à presunção absoluta de sua miserabilidade financeira alegada.

Assim, conclui-se que, conforme o grau de necessidade, a assistência judiciária gratuita poderá ser total ou parcial, podendo inclusive ser concedida em relação apenas a alguns atos do processo.

Prevê ainda o novo CPC a possibilidade de redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º), bem como o parcelamento dessas despesas (art. 98, § 6º).

Sendo assim, a fim de subsidiar uma análise mais abalizada do perfil financeiro do requerente, impõe-se que outros elementos demonstrativos sejam trazidos ao processo.

Por outro lado, constato que o comprovante de residência juntado ao Id. 33603811 não foi emitido em nome do promovente, mas sim de um terceiro.



Ante o exposto, **intime-se** o demandante, em 15 dias, para:

a) Comprovar cabalmente sua impossibilidade financeira para arcar com as custas processuais, por meio da juntada da última declaração de IRPF, extratos de conta corrente dos últimos três meses, contracheques ou extratos de aposentadoria atuais, sob pena de indeferimento da gratuidade pleiteada.

b) Comprovar seu vínculo factual, ou mesmo jurídico, com o endereço anexado ao Id. nº33603811, ou juntar comprovante de residência dos últimos três meses emitido em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa – PB, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

Juízo do(a) 14ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Nº	DO	PROCESSO:	0842538-82.2020.8.15.2001
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]		COMUM	CÍVEL (7)
AUTOR:	JOSE	ELIAS	PEIXOTO
REU:	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.		
			RODRIGUES

INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 26 de agosto de 2020.

Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora requereu a justiça gratuita de forma genérica, sem mencionar de maneira mais circunstanciada sua impossibilidade de recolher, senão o todo, ao menos parte das despesas processuais iniciais e ainda sem



colacionar aos autos qualquer documento atual que se preste a amparar o pedido.

A regra geral é que a parte deva arcar com as despesas das atividades processuais, antecipando o respectivo pagamento, à medida que o processo é impulsionado, ressalvando-se a pessoa física ou jurídica, sem suficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios (art. 98, CPC).

Pois bem, sobre a matéria, dispõe o CPC/2015:

“Art. 99 (...)

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.”

Contudo, o §2º do mesmo artigo, dispõe:

“§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”

Ora, ao conjugar as duas regras acima, tem-se que apenas o fato de o autor ser pessoa física, por si só, não induz à presunção absoluta de sua miserabilidade financeira alegada.

Assim, conclui-se que, conforme o grau de necessidade, a assistência judiciária gratuita poderá ser total ou parcial, podendo inclusive ser concedida em relação apenas a alguns atos do processo.

Prevê ainda o novo CPC a possibilidade de redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do



procedimento (art. 98, § 5º), bem como o parcelamento dessas despesas (art. 98, § 6º).

Sendo assim, a fim de subsidiar uma análise mais aprofundada do perfil financeiro do requerente, impõe-se que outros elementos demonstrativos sejam trazidos ao processo.

Por outro lado, constato que o comprovante de residência juntado ao Id. 33603811 não foi emitido em nome do promovente, mas sim de um terceiro.

Ante o exposto, **intime-se** o demandante, em 15 dias, para:

a) Comprovar cabalmente sua impossibilidade financeira para arcar com as custas processuais, por meio da juntada da última declaração de IRPF, extratos de conta corrente dos últimos três meses, contracheques ou extratos de aposentadoria atuais, sob pena de indeferimento da gratuidade pleiteada.

b) Comprovar seu vínculo factual, ou mesmo jurídico, com o endereço anexado ao Id. nº33603811, ou juntar comprovante de residência dos últimos três meses emitido em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa – PB, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



PETIÇÃO NOS AUTOS - COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA E PEDIDO DE DEFERIMENTO DA JG EM ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª
VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.**

Processo nº **0842538-82.2020.8.15.2001**

JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, por meio de sua patrona legalmente habilitada, vem à presença de Vossa Excelência informar e requer o quanto segue:

MM Juiz, a parte autora foi intimada para comprovar nos autos a sua situação de hipossuficiência, bem como, fazer a juntada de cópias de sua CTPS, extratos bancários dos últimos três meses, extratos da fatura de cartão de crédito dos últimos três meses e ainda de cópias dos 03 (três) últimas declarações do imposto de renda, fornecendo-lhe ainda, a opção de parcelar as custas e despesas processuais, na forma facultada pelo artigo 98, § 6º do CPC.

Primeiramente, segue em anexo simulação do valor das custas processuais emitidas pelo próprio sistema do Tribunal de Justiça da Paraíba, que satisfaz a quantia – exorbitante, diga-se de passagem – de R\$ 1.232,62 (mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), e mesmo assim, tal valor não comporta parcelamento, conforme se verifica abaixo, vejamos:

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lè Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



Guia de Custas - 200.2020.647030

Dados Gerais				
Tipo de Guia:	Processo:	Data de Emissão:	Data de vencimento:	Situação:
Custas Iniciais	00012018-01.2000.6.15.0001	25/06/2020	31/06/2020	Pendente

Informações Especiais	
Fazenda Pública é devedor:	Não

☒ O valor informado não está sujeito ao recolhimento no sistema de JEP, pois o mesmo se refere às custas de honorários advocatícios, não estando, portanto, sujeito ao recolhimento de acordo com o Art. 13, II, do LEP.

Detalhamento das Custas			
Descrição	Valor Total	Debitado	Valor Total
Custas Advogado 1º Grau	R\$ 1.000,00 (1000,00)	-	R\$ 1.000,00 (1000,00)
Taxa Judicial	R\$ 200,00 (200,00)	-	R\$ 200,00 (200,00)
Total			R\$ 1.200,00 (1200,00)

Douto Julgador cumpre esclarecer que o promovente não possui condições de arcar com o pagamento das custas, sem o comprometimento da sua manutenção, bem como de sua família, à medida que este tem sobrevivido de Benefício Previdenciário, conforme se comprova mediante os documentos que ora colacionamos.

DA VÍNCULAÇÃO JURÍDICA AO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS

MM Juiz, em atendimento a determinação contida na segunda parte do despacho, quanto a comprovação da vinculação jurídica do autor ao comprovante de endereço constante dos autos, a parte autora informa, tratar-se a pessoa titular do comprovante de residência apresentado nos autos de sua esposa, fato que pode ser atestado mediante a certidão de casamento que ora colacionamos.

DO DIREITO AO ACESSO A JUSTIÇA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A parte autora não possui condições de arcar com as despesas processuais da presente demanda sem o prejuízo em seu sustento e de sua família. Por este motivo, requer que sejam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lè Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
 (83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



no artigo 98, do Código de Processo Civil, eis que a própria requerente, em declaração constante dos autos, já postula tal benefício.

Invocando-se o princípio isonômico, conclui-se que, qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou não, residente no Brasil ou não, é beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos da Lei Federal nº 1.050/60, mais especificamente em seu art. 2º.:

"Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no País, que necessitarem recorrer à justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família".

Através da presente Lei Federal, estabelece-se a isenção ao necessitado, de custas, despesas processuais, bem como de honorários advocatícios. Desta forma, permite o Estado que qualquer do povo, por mais necessitado que seja, tenha acesso ao Poder Judiciário, podendo, desta maneira, exercer direitos conceituados como fundamentais, permitindo, pois, a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Necessitado, nos termos da lei é "todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família". Portanto, o necessitado poderá ser tanto a pessoa física como jurídica que se encontre em dificuldade financeira, como é bem o caso em tela.

O instituto da gratuidade de acesso à Justiça tem o condão maior de tornar acessível a máquina judiciária daqueles que precisam. Certo seria que a mínima condição teria esta autora de pleitear o direito aqui discutido, se não fosse a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

Diante do exposto, fica mais do que provado que a autora é pobre na forma da Lei, restando patente a dificuldade financeira da parte autora que encontra-se desempregada e sem renda, fato que a impede de efetuar o pagamento das custas processuais sem que haja prejuízo do seu sustento, devendo ser beneficiária dos benefícios da Justiça Gratuita na sua plenitude e, como consequência, requer dê-se prosseguimento ao feito como já requerido.

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. LÊ Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



Termos em que,
Pede deferimento.


João Pessoa/PB, 18 de setembro de 2020.


VITORIA SANTOS DE ARAUJO RAPOSO



OAB/PB 21.931

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lê Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo da Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015 			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES;		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.;	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Valor da causa: R\$ 13.500,00			Parcela: 1/1
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Valor total: R\$ 1.239,45
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015 			Valor final: R\$ 1.239,45



Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Dados Cadastrais

NIT:	1279185644-9
CPF:	020.524.174-35
Nome:	JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
Data de Nascimento:	20/07/1973
Nome da Mãe:	SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES
Data de cadastramento:	15/05/2003

Consulta de Extrato Previdenciário

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
001	<u>Benefício da Previdência Social</u>	02/04/2020 a 00/00/0000
002	<u>RESIDENCIAL ILHA DE RHODES INCORPORADORA S/A LTDA</u>	01/07/2014 a 01/08/2014
003	<u>TIWAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA</u>	01/02/2013 a 31/05/2013
004	<u>X5 CONSTRUÇÕES LTDA</u>	02/01/2012 a 09/04/2012
005	<u>T.C. ENGENHARIA LTDA</u>	16/08/2010 a 09/12/2010
006	<u>MARCOLINO EDIFICAÇÕES LTDA</u>	15/10/2009 a 01/02/2010
007	<u>LUSA ENGENHARIA LTDA</u>	02/04/2007 a 00/00/0000
008	<u>JOAO VELOSO DA CRUZ GOUVEIA</u>	02/05/2003 a 00/00/0000







88% 4:34 PM



INTERNET BANKING



SAIR

NIT:

1279185644-9

CPF:

020.524.174-35

Nome:

JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data de Nascimento:

20/07/1973

Nome da Mãe:

SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES

Data de cadastramento:

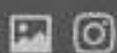
15/05/2003

Consulta de Extrato Previdenciário

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
001	<u>Benefício da Previdência Social</u>	02/04/2020 a 00/00/0000

Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 18/09/2020 11:46:59
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091811465490800000032971941>
Número do documento: 20091811465490800000032971941

Num. 34481366 - Pág. 2



88% 4:35 PM



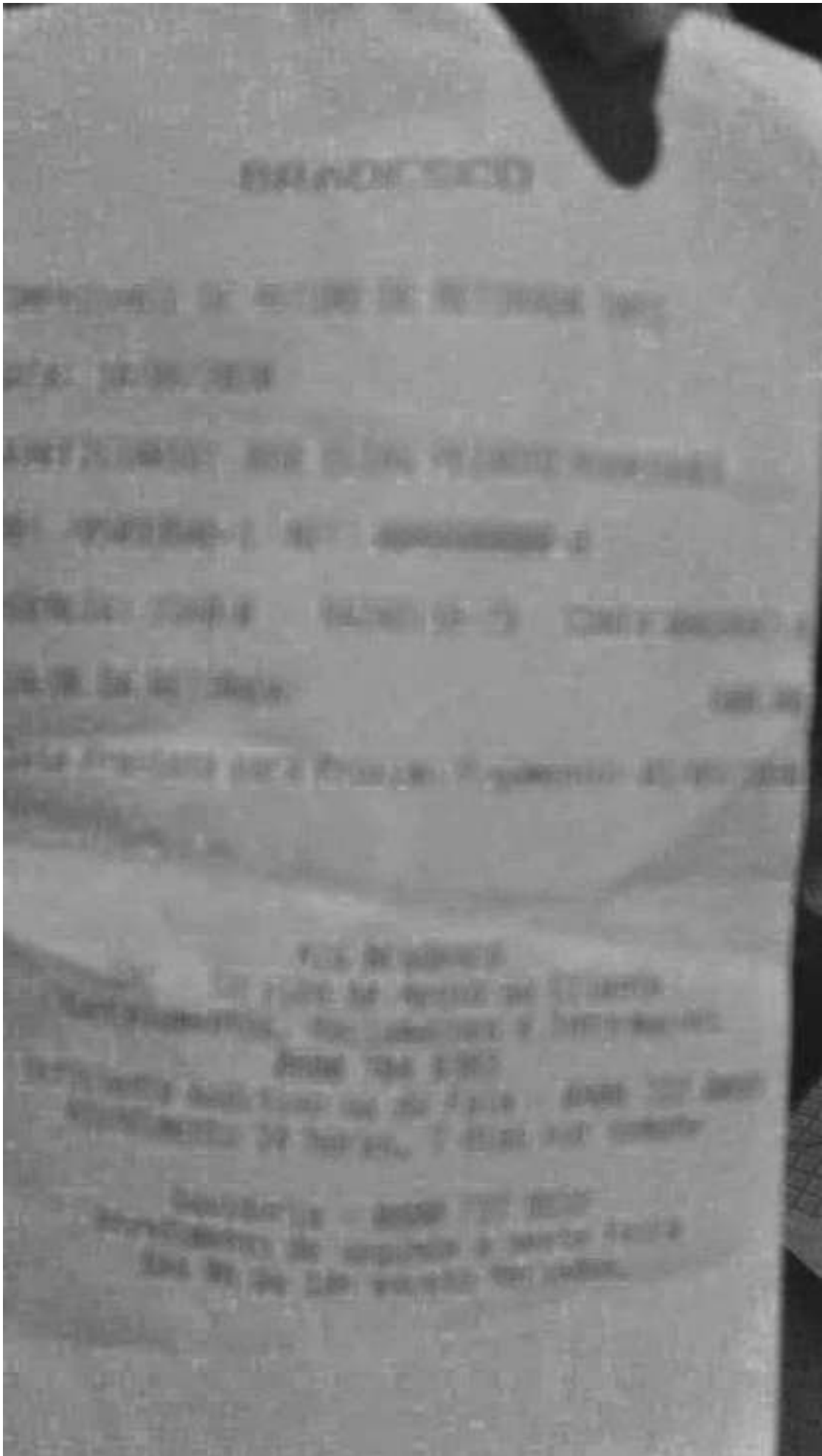
INTERNET BANKING



SAIR

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
001	<u>Benefício da Previdência Social</u>	02/04/2020 a 00/00/0000
002	<u>RESIDENCIAL ILHA DE RHODES INCORPORADORA SPE LTDA</u>	01/07/2014 a 01/08/2014
003	<u>DMAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA</u>	01/02/2013 a 31/05/2013
004	<u>X5 CONSTRUCOES LTDA</u>	02/01/2012 a 09/04/2012
005	<u>T.C ENGENHARIA LTDA</u>	16/08/2010 a 09/12/2010
006	<u>MARCOLINO EDIFICACOES LTDA</u>	15/10/2009 a 01/02/2010
007	<u>LUSA ENGENHARIA LTDA</u>	02/04/2007 a 00/00/0000
008	<u>JOAO VELOSO DA CRUZ GOUVEIA</u>	02/05/2003 a 00/00/0000





BRADESCO

COMPROMISSO DE PAGAMENTO DE DÉBITO

DATA: 25/08/2020

NOME ICARLOS JOSE OLIVEIRA RODRIGUES

RG: 75012545-1 NIT: 2009080000032971941

AGÊNCIA: 2348-8 FAIXA: 79 DATA DE VENCIMENTO: 01/09/2020

VALOR DA RETENÇÃO: 100,00

DATA PREVISTA PARA PAGAMENTO: 01/09/2020

Alo Bradesco

SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente
Cancelamentos, Recuperação e Informações
0800 704 8333

Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0933
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Deficiente Visual - 0800 722 0933
Atendimento de segunda a sexta-feira
das 8h às 18h, exceto feriados.



BRADESCO

COMPROVANTE DE RECIBO DE RETIRADA INSS

DATA: 30/07/2020

BENEFICIARIO: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

NB: 705833546-1 NIT: 0000000000-0

AGENCIA: 2340-0 PAZAO:18-79 CONTA:0866607-4

VALOR DA RETIRADA: 1.200,00

Data Prevista para Proximo Pagamento: 03/08/2020

Alo Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana
Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira
das 8h às 18h exceto feriados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



1º CARTÓRIO DISTRICTAL / MANGABEIRA
 Superior Nacional, Colômbia e São
 José, João, João e J. - São Paulo, 19
 Maria Valdirene Pereira Lima
 Oficial de Registro Civil

Estado do Paraná
 Comarca de São Francisco
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 de José Florentino da Nogueira - MANGABEIRA
 Maria Valdirene Pereira Lima
 Oficial de Registro Civil
 José Vieira da Silva

CERTIDÃO DE CASAMENTO

O Escrivão do 2º Juízo Distrital do Registro Civil da Comarca de São Francisco, Capital do Estado do Paraná em virtude da Lei n.º

CERTIFICO que, a fls. 08 do Livro B nº - 07 de
 registro de casamento do 2º cartório, foi lavrado sob o número 1.708 o casamento
 dos cidadãos **JOSÉ ELIAS PEREIRA RODRIGUES e MARIALVA PEREIRA DA SILVA.**

que possui o sobrenome de **MARIALVA DA SILVA RODRIGUES.**

Intermediado por este Intermediário Oficial e celebrado pelo casal, por intermédio de **João Máximo da Silva**, Juiz de Direito da Vara Distrital de Mangabeira,
 pelo registro sob o número parcial de livro,

O casamento é solteiro, solteiro, vigilante,
 celebrado no vinte de julho de mil novecentos e setenta e três, (20-07-73), Ep. João Pessoa-Pb.

Qualidade e residência nesta Capital.
 dos **JOSÉ TAVARES RODRIGUES e de SERAFIANA PEREIRA RODRIGUES.**

A celebração é solteiro, solteiro, do lar,
 celebrado nos vinte e um de agosto de mil novecentos e setenta e um, (21-08-71), Ep. A. Pessoa-Pb.

Qualidade e residência nesta Capital.
 dos **ANTÔNIO ALBERTO PEREIRA DA SILVA e de MARIA DE NAZARÉ PEREIRA DA SILVA.**

Realizado nos termos do artigo 15º, I e IV, do Código Civil Brasileiro
 O subscrito e verdade e ass. V. João Pessoa, 21 de junho de 1994

Maria Valdirene Pereira Lima
 Oficial do Registro Civil





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos etc.

RECEBO a inicial, concedendo ainda **JUSTIÇA GRATUITA** a parte promovente.

Contudo, no que se refere à fase conciliatória, tem-se que as estatísticas revelam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se um formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara



ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, considerando que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente **DEIXO** de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

Portanto, **CITE-SE** a parte demandada para contestar a ação em 15 dias, a contar na forma do art. 231 do CPC, sob pena de revelia.

João Pessoa, data da assinatura digital.

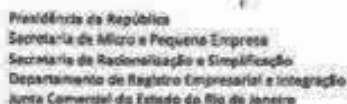
Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



EM ANEXO





33.3.0028479-6

Societate anônima

Normal

Self-Assembling

00-2018/017153-4

26/01/2023 - 10:52:18

JUCERIA

Other Achievements:

00003131901 - 18012/2019

NAME: 10.1001679.4

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DE VIDA S/A

Material: 102503004

Health: FCC/2023-0710-4232-8033-7CC98410A804

Orgão	Calculario	Pago
Junta	570,00	570,00
Ord.	21,00	21,00



REQUERIMIENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtd.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	000	000	
	000	000	
	000	000	
	000	000	

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Processo: REGISTRAÇÃO LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NUM: 131 050419-4 Protocolo: 00-2019/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2019 sob o NÚMERO 000032149059 e demais constantes do livro de

assistant director.

Surface Id: FDAD7A3B67A4B22DC70K4H56A7A0E5E1F8FFD3CE68740F233K496AFDA8DK1V08

Para validar o documento acesse <http://www.jucelja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n° de protocolo. Pág. 4/13



ALFA ROMEO



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº: 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº: 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Iván Luíz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Handwritten signatures and initials.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 09-2018701233-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O NAQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o número 00003149035 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6074384YA8223CP04956AYANC8CPBFFUSCF68740F33K496A0B80E18F	
Para validar o documento acesse: http://www.jucec.rj.br/servicos/validadigital , informe o nº de protocolo. Pág. 2/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERRÊIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 18.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Belliz	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
 Página 2 de 3

Assinaturas manuais

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Representa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
 NIRE: 333.0026474-6 Protocolo: 00-2018/017193-4 Data do protocolo: 26/01/2018
 CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o número 00001479055 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: F0597436FA4220C0F04H05E9V0055E0C8FV00C68Y40P333E46AFA8061F8
 Para validar o documento acesse http://www.jucej.rj.gov.br/servicos/chancela_digital, informe o nº do protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 13 horas.
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 133.0028479-4 Protocolo: 00-2016/017211-4 Data do protocolo: 26/01/2017	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00002149054 e anexos constantes do livro de autenticação.	
Autenticação: F0C9T436FA4822UCFHE48167AC056C9FF0SCF8574DF233E496A7DA20C1F08	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o n.º do protocolo. Req. 3/11	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 78-2018/01115-4 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 25/01/2018 SOB O NÚMERO 3055149055 e demais constantes do livro de autenticação.

Autenticação: F065743867A46270C7F4806A7AD25C7F9F90C8E740F233B436A0A0C1F8

Fazer validas o documento acesse <http://www.jucerio.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo, Pág. 8/11



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017137-6 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICOU O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00001149039 e demais constantes do livro de autenticação.	
Autenticação: F06974386FA8220CF0E4B16FADE5CF8FF00CF86760P233E698AFDA301F8E	
Para validar o documento acesse http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chancela digital , informe o nº do protocolo, Pág. 10/12	





PORTARIA Nº 706, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSP, por meio da Portaria n.º 432, de 01 de maio de 2016, resolve, em vista de disposto na alínea c do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 21 de novembro de 1998 e a que anexa do presente Edital, o seguinte:

Art. 1º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

1 - Anúncio de seguro saúde em R\$ 400.000,00, abrangendo a parte de 1.132.000,00, dividido em 179.248,952 valores anuais, mensais, com valor nominal, e

2 - Refeição de diárias, com valor nominal, e

Art. 2º Fica permitida a participação em até 10% de juros de capitalização, desde que não ultrapasse o 10% de juros de capitalização.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 707, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSP, por meio da Portaria n.º 432, de 01 de maio de 2016, resolve, em vista de disposto na alínea c do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 21 de novembro de 1998 e a que anexa do presente Edital, o seguinte:

Art. 1º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 708, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSP, por meio da Portaria n.º 432, de 01 de maio de 2016, resolve, em vista de disposto na alínea c do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 21 de novembro de 1998 e a que anexa do presente Edital, o seguinte:

Art. 1º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL DOS SANTOS

NOTIFICAÇÃO

No ato nº 1 de homologação, de 16 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, alínea b, item 1, em relação ao sistema de administração realizado em 1º de novembro de 2017, item 1, no âmbito geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 36, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 2º do art. 4º da Lei nº 5.001, de 13 de dezembro de 1972, que institui o INMETRO, e no art. 1º da Lei nº 9.015, de 20 de dezembro de 1995, e no art. 9º do art. 13 da Constituição Federal da República, aprovada pelo Decreto nº 171, de 28 de novembro de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 2º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 3º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 4º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 5º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 6º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 7º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 8º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 9º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 10º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 11º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 12º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 13º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 14º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 15º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 16º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 17º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 18º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 19º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 20º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 21º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 22º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 23º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 24º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 25º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

7º - Encerramento de atendimento de requerimentos e exigências

1 - Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 1º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 2º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 3º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 4º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 5º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 6º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 7º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 8º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 9º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 10º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 11º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 12º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 13º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 14º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 15º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 16º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 17º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 18º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 19º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 20º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 21º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 22º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 23º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 24º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 25º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 26º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 27º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 28º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 29º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

Art. 30º Aproveitar as seguintes diferenças relativas ao sistema de ALI SODAGORA S.A. - 040/005020/005-8, CNPJ nº 13.044.010/0001-80, em sede do Edital do Rio de Janeiro - RJ, na modalidade geral (anúncio realizado em 30 de junho de 2017).

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 2º do art. 4º da Lei nº 5.001, de 13 de dezembro de 1972, que institui o INMETRO, e no art. 1º da Lei nº 9.015, de 20 de dezembro de 1995, e no art. 9º do art. 13 da Constituição Federal da República, aprovada pelo Decreto nº 171, de 28 de novembro de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 2º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 3º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 4º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 5º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 6º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 7º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 8º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 9º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 10º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 11º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 12º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 13º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 14º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 15º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 16º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 17º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 18º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 19º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 20º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Art. 21º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

2/4

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10


Bernardo F.S. Severina
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/08/2018
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86983B2947C819477D795CBA11812475AE9206296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2019





4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA


ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 46F8A0C66883B2647C61B477D798CBA11612475AE2208296B235403C7545C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





4996609

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Ramon A. S. Serwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C8683B2947C81B477D798CBA11812475AE82082968235403C7645C896
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4988510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

FERNANDO A.S. SERWANGER
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183675185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2018





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;


t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF8A0C8586382647C61B477D798CBA11812475AE9208295B235403C7545C896
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI – COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I é Aia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163975185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C85883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082668235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4898513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284786
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC8683B2947C51B477D79BCBA11612475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002059803 - 11/10/2018





4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9ADC88893B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4896516

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDACÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Romero F. S. Bernardino
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9ADC86863B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C896
Arquivamento: 00062959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4896516

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva e defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C66663B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7B45C895
Arquivamento: 00002956603 - 11/10/2018



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132, **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º **Ofício de Notas**
SA CARRETA
Telêfones Carlos Alberto Pessoa Oliveira
Rua Santa Afonso, 42 - Centro - Nova Friburgo RJ - Tel. 0277-6889
AGUARDANDO
088574
Procuração por VIRENTEILHA para as firmas dos HELIO OTTON RODRIGUES e:
JOSE ISMAEL ALMEIDA TORRES (000000029453)
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.
da assinatura _____ da vontade,
Conf. por _____
Serventia _____
TITULOES _____
Total _____
Paula Cristina A. D. Gaspar - Adv.
EPP-MBRS HZ-000-00000 QMS
Escritório: <http://www5.tirri.com.br/sitepublico>
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
Escritorio
12196-40992 tel: 0277 MB
Aut. 30.5 P Lei 6.880/94




SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.


MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS
OAB/RJ 135.132





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08425388220208152001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/08/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **11/12/2019**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 11/12/2019 após 4 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 05/08/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Conforme consulta pública pelo site da seguradora, não consta pagamento relativo ao exercício do ano do sinistro:

Sua busca por placa: MOM2966 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
⊕	2014	R\$292,01	Quitado	
⊕	2013	R\$292,01	Quitado	
⊕	2012	R\$279,27	Quitado	
⊕	2011	R\$279,27	Quitado	
⊕	2010	R\$255,14	Quitado	
⊕	2009	R\$255,14	Quitado	
⊕	2008	R\$255,13	Quitado	
⊕	2007	R\$184,21	Quitado	

(*) Motocicleta

[Voltar](#) [Imprimir](#)

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.



Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.

Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.



ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL
Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial,

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 29 de dezembro de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.560,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os braços ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou de livre deslocamento corporal; (c) perda completa da consciência extintoriana; (d) comprometimento da função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas orônio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos braços					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 8.750,00	R\$ 6.562,50	R\$ 4.375,00	R\$ 2.187,50	R\$ 875,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fala (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos braços, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral entre a axial					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (roturada cirúrgica) do bço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES**, em curso perante a **14ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08425388220208152001.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO.

